



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Recurso em Sentido Estrito nº 195.390-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Recorrente: Edmilson Batista Rêgo
Advogado: Célio Avelino de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

059

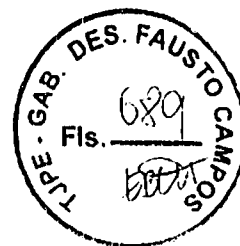
5529

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. PRELIMINARES DE NULIDADES PROCESSUAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. AFASTADA. PRESENÇA DE DEFENSOR DATIVO. CONDUÇÃO COERCITIVA E OITIVA DE TESTEMUNHAS DA DEFESA EM COMARCA DIVERSA. COMARCAS CONTÍGUAS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 230 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. INDEFERIMENTO DE PERGUNTAS DA DEFESA. PRELIMINAR AFASTADA. UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. POSSIBILIDADE. PROVA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA VERIFICADOS. RECURSO DESPROVIDO PARA MANTER A PRONÚNCIA NOS TERMOS DA DENÚNCIA. UNÂNIME.

1. Em que pese estar ausente o advogado do réu à audiência de oitiva das testemunhas de acusação, houve nomeação de defensor dativo ao acusado, não havendo, pois, que se falar em nulidade por inexistência de prejuízo à defesa.
2. Oitiva das testemunhas em comarca diversa àquelas de suas residência não acarreta prejuízo. Isto porque, tratam-se, os municípios de residência das testemunhas em questão, de comarcas contíguas, de fácil comunicação com a comarca sede do juízo, eis porque se deve aplicar, subsidiariamente ao processo penal, o Código de Processo Civil, especialmente neste ínterim, o art. 230, do CPC, dispensando-se a utilização da Carta Precatória nesses casos.
3. Ouvidas as testemunhas de defesa, tampouco se verifica prejuízo à defesa, não havendo se falar em nulidade, aplicação do brocardo *pas de nullité sans grief*, nos termos do art. 593, do CPP.
4. Não constitui cerceamento de defesa o indeferimento de perguntas pelo Juízo que entenda imperinentes à elucidação da lide, situação dos autos. Demais disso, durante toda a instrução processual fora concedida a palavra à defesa, somente indeferindo o Julgador perguntas que em nada ajudariam no esclarecimento dos fatos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



060

5. É possível a utilização de prova emprestada no processo penal, desde que ambas as partes dela tenham ciência e que sobre ela seja possibilitado o exercício do contraditório. Precedentes do STJ.
6. Restam plenamente demonstrados nos autos os indícios da autoria delitiva e as provas de materialidade delitiva a justificar a pronúncia do acusado nos termos da denúncia.
7. Ao juiz monocrático, ao proferir sentença de pronúncia, cabe verificar unicamente as provas de materialidade e indícios da autoria delitiva, em mero juízo de admissibilidade da denúncia, de caráter nitidamente processual.
8. Recurso desprovido a fim de que seja a pronúncia mantida e o réu submetido a plenário de julgamento do júri, como incursão no art. 121, §2º, I, III e IV, c/c art. 29, do Código Penal. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

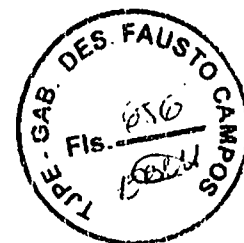
Vistos, relatados e discutidos os autos de Recurso em Sentido Estrito, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 01 de dezembro de 2009, à unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



061

Recurso em Sentido Estrito nº 195.390-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Recorrente: Edmilson Batista Rêgo
Advogado: Célio Avelino de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO:

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pelo réu **Edmilson Batista Rêgo**, contra sentença (fls. 546/555) que, nos autos da ação penal nº 00230.1997.000050-9, pronunciou o Recorrente como incurso duas vezes nas penas do art. 121, §2º, I, III e IV, c/c art. 29, do Código Penal.

Publicada a sentença em 22/05/2009 (fl. 563), o réu interpôs tempestivamente o recurso em tela, em 28/05/2009 (fl. 575).

Razões recursais às fls. 575/589, em que o recorrente suscita as preliminares de nulidade processual por cerceamento de defesa, por não ter sido validamente intimado para as audiências de instrução processual; por terem sido testemunhas residentes em comarcas diversas da sede do Juízo conduzidas coercitivamente à sede para oitiva em audiência; por indeferimento de perguntas formuladas pela defesa; e de ilicitude de prova emprestada juntada aos autos, sob o argumento de afronta ao princípio do contraditório.

No mérito, pugna pela impronúncia do acusado por ausência de elementos probatórios suficientes à comprovar a autoria delitiva.

Contra-razões do Recorrido, às fls. 611/619, pela rejeição das preliminares e manutenção da decisão vergastada.

Manifestação do Juiz confirmando a sentença recorrida (fl. 621).

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, emitiu parecer de fls. 638/643, pelo desprovimento do recurso.

Está feito o relatório.

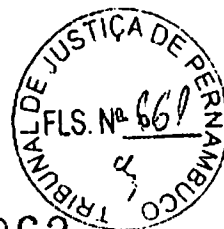
Inclua-se na pauta.

Recife, 10 de novembro de 2009.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



062

Recurso em Sentido Estrito nº 195.390-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Recorrente: Edmilson Batista Rêgo
Advogado: Célio Avelino de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO PRELIMINAR

1. Da ausência de intimação válida do patrono do réu para audiência de oitiva das testemunhas da acusação

Irresignado com a decisão proferida pelo Juízo da Comarca de Paudalho, que, em 21/04/2009, acolheu a denúncia oferecida em face do Recorrente, pronunciando-o como duplamente incurso no art. 121, §2º, I, III e IV, c/c art. 29 do Código Penal, interpôs o acusado Edmilson Batista Rêgo o presente recurso em sentido estrito.

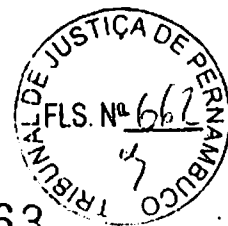
Cumpre-me inicialmente, manifestar-me acerca das preliminares suscitadas pelo Recorrente.

Suscita, preliminarmente, o recorrente a nulidade do processo por cerceamento de defesa ao argüir que a intimação do patrono do acusado para a audiência de oitiva das testemunhas do Ministério Público, realizada por carta, não cumpriu o seu desiderato, afirmando que a assinatura aposta no respectivo Aviso de Recebimento não pertence a nenhuma das pessoas de seu escritório.

Aduz, outrossim, que a apresentação de Defesa Prévia em momento anterior à referida audiência, não tem nenhuma relação com a referida intimação, salientando, neste sentido, que a expedição da carta de intimação deu-se em momento posterior à defesa apresentada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Conforme acertadamente fundamentado pelo Douto Julgador de 1ª instância, não verifico razão ao recorrente. A uma, tem-se que a intimação por carta encontra amparo no art. 370, §2º, do CPP, a ser realizada desta forma nas comarcas em que não haja órgão de publicação dos atos, hipótese da comarca de Paulinho à época da intimação.

A duas, tem-se que, diversamente do alegado pelo Recorrente, a apresentação de defesa prévia, em 01/04/1997, após a designação da audiência para oitiva das testemunhas da acusação, na própria audiência de interrogatório do acusado, em 21/03/1997, momento também em que foi determinada a apresentação de defesa prévia, demonstra que o causídico subscritor inequivocadamente teve ciência do ato designado.

Não fosse apenas isso, para a audiência designada pelo Juízo deprecado de Carpina fora o causídico intimado também através de carta, cujo AR fora assinado pelo mesmo funcionário de situações anteriores (fl. 395), a qual devidamente compareceu o patrono do acusado (fl. 400), o que ademais demonstra a eficácia do mencionado instrumento.

Finalmente, verifica-se que ausente o advogado do réu àquela audiência de oitiva das testemunhas de acusação, foi nomeado defensor dativo ao acusado (fls. 92/95), não havendo, pois, que se falar em nulidade por inexistência de prejuízo à defesa.

Desta feita, rejeito a primeira preliminar suscitada pelo Recorrente.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Fausto de Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



064

Recurso em Sentido Estrito nº 195.390-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Recorrente: Edmilson Batista Rêgo
Advogado: Célio Avelino de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO PRELIMINAR

2. Da condução coercitiva e oitiva de testemunhas da defesa em comarca diversa de sua residência

Alega o Recorrente, ademais, a nulidade do processo por terem sido as testemunhas da defesa, residentes nas Comarcas de Camaragibe e Carpina, conduzidas coercitivamente à Comarca de Paudalho, sede do Juízo, para sua oitiva, agindo, conforme afirma, com abuso de autoridade e veemente afronta ao disposto no art. 222, do CPP.

Afirma, outrossim, que também para a referida audiência não foi devidamente intimado o causídico do réu, nos moldes acima aduzidos.

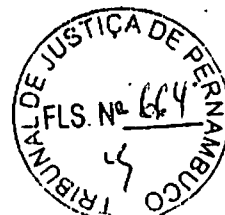
Ademais, alega que não foi intimado da audiência de oitiva da testemunha Daniel Amaral, não constando sequer dos autos AR que demonstre a recebida da carta de intimação.

Quanto a este último argumento, não verifico razão ao recorrente visto que verificada a referida irregularidade pelo Juízo a quo (fls. 243/244), o mesmo determinou a repelição do ato, sendo a referida testemunha reinquirida (fls. 272/273), ato este em que estava presente o causídico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

065



No mais, quanto à ausência de intimação para a oitiva das testemunhas de defesa, ratifico os argumentos acima expostos no tocante à validade da intimação por carta.

No que se refere, finalmente, à oitiva das testemunhas em comarca diversa àquelas de suas residência, não vislumbro tampouco razão ao recorrente. Isto porque, tratam-se as cidades de Camaragibe e Carpina, municípios de residência das testemunhas em questão, de comarcas contíguas, de fácil comunicação com a comarca de Paudalho (sede do juízo), aplicando-se, subsidiariamente ao processo penal, o Código de Processo Civil, especialmente neste íterim, o art. 230, do CPC, dispensando-se a utilização da Carta Precatória nesses casos.

Além disso, ouvidas as testemunhas de defesa, tampouco se verifica prejuízo à defesa, não havendo que se falar em nulidade, na aplicação, pois, do brocardo "pas de nullité san grief", nos termos do art. 593, do CPP.

Ante o exposto, também assim rejeito a presente preliminar.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Fausto de Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

066



Recurso em Sentido Estrito nº	195.390-8
Comarca:	Paudalho
Vara:	Vara Única
Recorrente:	Edmilson Batista Rêgo
Advogado:	Célio Avelino de Andrade
Recorrido:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça:	Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador:	1ª Câmara Criminal
Relator:	Des. Fausto Campos

VOTO PRELIMINAR

3. Do indeferimento de perguntas da defesa:

Da mesma forma, não cumpre razão ao recorrente quanto à presente preliminar. É que não constitui cerceamento de defesa o indeferimento de perguntas pelo Juízo que entenda impertinentes à elucidação da lide, situação dos autos.

Além disso, é por demais especulativa a afirmação do acusado de que o fato de ter o Magistrado negado a concessão de liberdade provisória, por afirmar deter o réu "altíssimo grau de periculosidade", o qual, frise-se fora expressão utilizada pela acusação e repetida pelo Nobre Julgador, certamente seria o motivo de indeferir as perguntas do advogado. É que, além disso, sequer há nexo de causalidade entre a referida afirmação e a negativa de juízo, a qual, frise-se, fundou-se no poder discricionário que detém o Magistrado de afastar perguntas que não tenham relação alguma com a situação em análise.

Neste sentido, cumpre frisar que durante toda a instrução processual fora concedida a palavra à defesa, somente indeferindo o Julgador perguntas que, de fato, em nada ajudariam no esclarecimento dos fatos.

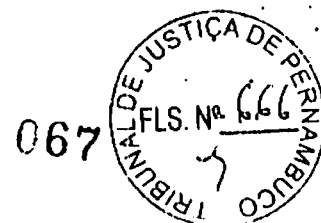
Assim, rejeito a preliminar aventada.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Fausto de Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Recurso em Sentido Estrito nº 195.390-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Recorrente: Edmilson Batista Rêgo
Advogado: Célio Avelino de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO PRELIMINAR

4. Da prova emprestada

A admissibilidade da prova emprestada no processo penal, tema de diversas discussões doutrinárias, já se encontra pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica do julgado abaixo ementado:

"PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO SEGUIDA DE MORTE – UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA – POSSIBILIDADE – CONDENAÇÃO AMPARADA EM VASTO CONTEÚDO PROBATÓRIO PRODUZIDO PERANTE O JUÍZO DA CAUSA – OPORTUNIZADA À DEFESA A POSSIBILIDADE DE SE MANIFESTAR SOBRE A PROVA EMPRESTADA – AUSÊNCIA DE QUALQUER MÁCULA – PROVA LÍCITA – AUSÊNCIA DE ILICITUDE DAS DEMAIS PROVAS POR DERIVAÇÃO – INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIA REQUERIDA EM ALEGAÇÕES FINAIS – PRECLUSÃO – FALTA DE AMPARO FÁTICO A JUSTIFICAR A IMPRESCINDIBILIDADE DA DILIGÊNCIA – INDEFERIMENTO MOTIVADO – ORDEM DENEGADA. É possível a utilização de prova emprestada no processo penal, desde que ambas as partes dela tenham ciência e que sobre ela seja possibilitado o exercício do contraditório. Precedentes. Nessa hipótese, não obstante o precário valor da mencionada prova, inviável a declaração da nulidade da sentença cujo édito condenatório também se esteou em vasto conteúdo probatório colhido perante o Juízo da causa, servindo a prova emprestada apenas para corroborá-lo. Precedentes. Reconhecida a validade da utilização da prova emprestada, impossível a declaração da nulidade por derivação das demais provas dela advindas. Inexiste nulidade quando o Magistrado indefere a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

068



realização de diligências desprovidas de embasamento fático apto a justificá-las, além de que requeridas em sede de alegações finais, oportunidade em que já se encontrava preclusa a produção de novas provas. Ordem denegada." (HC 91781/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 27/03/2008, DJe 05/05/2008)

O referido julgado se encaixa perfeitamente à situação em epígrafe, visto que, além de oportunizada à defesa se manifestar acerca das prova juntada aos autos (fls. 409/410 e 459/460), conforme certidão de fl. 416 e pauta de intimação de fl. 470, possibilitando, portanto, o exercício do contraditório, não foi a referida prova o único fundamento da sentença de pronúncia.

Destarte, incabível a alegação de nulidade, razão porque igualmente a rejeito.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Fausto de Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

069



Recurso em Sentido Estrito nº 195.390-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Recorrente: Edmilson Batista Rêgo
Advogado: Célio Avelino de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

MÉRITO

Ultrapassadas as preliminares levantadas pelo recorrente, passo a apreciar o mérito do presente recurso.

Pretende, o Recorrente, a reforma da decisão guerreada para que seja impronunciado o réu, sob o fundamento de não restarem suficientemente demonstrados indícios da autoria delitiva nos autos.

Neste sentido, aduz que as testemunhas ouvidas em juízo e na delegacia não falam qual teria sido a participação do acusado no evento criminoso, não tendo, tampouco, o juízo pronunciante fundamentado suficientemente as razões que o levaram a pronunciar o réu.

Exsurge da exordial acusatória que o Recorrente, em 10/02/1997, conduzia o veículo Monza, de cor azul, quando parou junto à vítima Gildo Ventura da Silva, momento em que os outros tripulantes do veículo, com arma em punho, atingiram-no na cabeça com uma coronhada, algemaram-no e o colocaram dentro do carro, partindo em direção a São Lourenço.

Narra a denúncia, ainda, que logo antes da chegada do acusado na delegacia, compareceu o denunciado à delegacia de São Lourenço, dirigindo veículo com as mesmas características daquele, encontrando-se no interior do mesmo a placa original do veículo e um par de algemas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

070



Consta finalmente da exordial, que naquele mesmo dia, foram encontrados à beira da entrada do Engenho Pitangueira os corpos mutilados da referida vítima e de pessoa desconhecida, posteriormente identificada como o Sr. Severino Antônio dos Santos.

Da peça inicial, assim como da leitura dos autos, verifica-se que as vítimas eram suspeitas de terem cometido, em 31/01/1997, roubo na lotação dirigida pelo acusado, levando pertences dos passageiros e do motorista, oportunidade em que também estupraram uma das passageiras de 15 anos de idade.

Pelos elementos probatórios trazidos aos autos, verifico não merecer acolhida a tese do Recorrente.

Isto porque, em que pese a ausência de provas veementes da participação do acusado no homicídio das vítimas, os diversos testemunhos, às fls. 69/70 e 92/95, ouvidos na delegacia e em juízo, que atestam, sem sombra de dúvida, terem visto o acusado dirigindo o veículo no momento em que de forma violenta uma das vítimas (Gildo) foi arrebatada, momentos antes de ser encontrada sem vida, com o corpo mutilado, constituem fortes indícios da autoria delitiva, assim como da qualificadora do inciso IV, do §2º, do art. 121, do CP.

Da mesma forma, a esposa da segunda vítima, Sra. Maria das Graças de Oliveira (fls. 29/30), afirma que o marido fora também levado em um veículo Monza, com as mesmas características daquele encontrado, no dia dos delitos, com o acusado, conforme Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 13.

Não fosse apenas isso, consta dos autos, inclusive do interrogatório do réu em juízo (fls. 73/74) e do depoimento do pai da vítima do crime de estupro (fl. 65v), que de fato o acusado estava procurando as vítimas por suspeitar serem os mesmos os autores do crime de roubo por ele sofrido,



071



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

assim como do estupro da adolescente G., ambos em 31/01/1997, o que, ainda, induz a existência de motivação para o homicídio (art. 121, §2º, I, do CP - motivo torpe).

Finalmente, cumpre salientar que na fase da pronúncia do réu, rege o princípio *in dubio pro societate*, de forma que não se faz necessária a prova inconteste da autoria delitiva para que seja submetido o acusado ao julgamento do Tribunal de Júri, sendo suficiente apenas indícios da mesma, hipótese esta dos autos.

Restando, pois, demonstrados fartamente nos presentes autos os indícios da autoria delitiva, e a prova de sua materialidade, conforme fotos de fls. 22/26 e Perícias Tanatoscópicas de fls. 325/326v, as quais demonstram ademais a brutalidade como ocorreram as mortes, indicando, além disso, a presença da qualificadora do inciso III, do §2º, do art. 121, do CP, verifico não caber razão ao Recorrente.

À vista do exposto e preenchendo a sentença os requisitos do art. 413, do CPP, rejeito as preliminares suscitadas e nego provimento ao presente recurso, a fim de que seja a pronúncia mantida e o réu submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incurso no art. 121, §2º, I, III e IV, c/c art. 29, do Código Penal.

É como voto.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Fausto Campos
Relator